



A ESTRANHA SAÍDA DO DIRETOR JURÍDICO DA ELETROBRAS

Na sexta-feira, 24, a holding do sistema Eletrobras informou aos seus acionistas e ao mercado que Alexandre Vaghi de Arruda Aniz, deixou o cargo de Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa da Eletrobras, a partir de 23 de fevereiro de 2018. O referido anúncio não traz detalhes, nem informações relevantes.

No entanto, é estranho que a demissão de Aniz venha ocorrer em um momento delicado para a história da maior empresa de energia elétrica da América Latina, onde Wilson Ferreira Pinto Júnior, atual presidente, trabalha incessantemente para entregar a companhia ao capital especulativo privado.

Não podemos esquecer que ele, como presidente da Eletrobras jamais poderia praticar esse tipo de postura, desconsiderando ainda o papel estratégico da estatal no desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País. Além de receber, de acordo com a mídia, um gordo salário, ainda tem os pró-labores de vários conselhos na qual ele representa a holding. Contrariando inclusive o estatuto social da empresa, que estabelece o máximo de participação em 5 conselhos, ele está em 7. Essa representação deveria preservar a empresa de eventuais negociatas, e não o contrário.

Sabemos também que o presidente da Eletrobras sempre trabalhou nos bastidores visando a saída do DJ. Contudo, não podíamos esperar que tal decisão viesse a acontecer no momento em que os(as) trabalhadores(as) estão em meio a um processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, que aliás foi entregue ao senhor DJ em reunião em Brasília no dia 06 passado.

Para piorar, diz a mídia que a saída do DJ se deu

por sua atuação no processo de venda das empresas distribuidoras, supostamente, seu desempenho ficou aquém das expectativas do Presidente entreguista.

Inclusive, há rumores que um dos motivos da “demissão” de Alexandre Aniz tem conexão com o Empréstimo Compulsório da Eletrobras, assunto que o Presidente quer deixar embaixo do tapete, pois afeta diretamente o processo de privatização da estatal. O diretor Aniz não vinha conseguindo (ou não quis) maquiagem e esconder os números relativos ao ECE.

O provisionamento das rubricas relacionadas ao ECE, como correção monetária e juros de mora, mais o principal, tem sofrido alterações em decorrência de decisões judiciais referendadas pelo STJ. Assim, as “melhorias” permitem que os números do ECE sejam constantemente atualizados. Mas parece que o diretor Aniz foi na contramão, a ordem do momento é transparência zero. Por que será que Wilson Pinto tenta esconder essa informação do mercado?

NEGOCIAÇÃO

Apesar da saída de Aniz, a Eletrobras possui estrutura suficiente para negociar o ACT Nacional com as entidades sindicais. Afinal, existe um gestor de Relações Sindicais para desempenhar esse papel. Neste sentido, é imprudência da direção da empresa postergar o início das negociações em função de um processo político-administrativo da Eletrobras.

O cancelamento da reunião na manhã do dia 26, quando os dirigentes sindicais já estavam em Brasília, é uma sinalização extremamente negativa

e demonstra, mais uma vez, total falta de respeito por parte de Wilson Pinto, já que a Eletrobras comunicou ao mercado a saída do DJ na semana anterior. Esta é a segunda reunião cancelada em menos de 15 dias. O CNE tem alto custo para participar das reuniões, e, o mínimo que a Eletrobras deveria fazer era comunicar com antecedência ou reembolsar os custos que as entidades sindicais tiveram para estar em Brasília.

Existem boatos que a assessoria contratada para acompanhar o processo do ACT está orientando a Eletrobras a não negociar, esperar

vencer a vigência atual e então retirar benefícios. Se isso for realmente a intenção da Eletrobras fica ainda mais claro que Wilson Pinto não quer acabar somente com a empresa, mas também com o maior patrimônio da estatal que são os seus trabalhadores. A categoria saberá responder a altura.

Estamos de olhos abertos aos acontecimentos, não deixaremos que disputas visando prejudicar a Eletrobras ou seus trabalhadores e trabalhadoras venha a ocorrer em um momento que forças neoliberais tentam a qualquer custo entregar o patrimônio público a preço de bananas.

PLR

Mais um desrespeito da holding com as entidades sindicais e trabalhadores. Como efeito da desvalorização da categoria eletricitária, a direção da Eletrobras cancelou também a 1º

reunião da Comissão da PLR 2017, agendada para esta quarta-feira, 28, onde haveria apresentação do termo de pactuação das metas da Participação nos Lucros e Resultados.

AUDIÊNCIA JUDICIAL

Nesta terça-feira, 27, na 19ª Vara da Justiça do Trabalho em Brasília, aconteceu a audiência inaugural do processo de Assédio Moral Coletivo cometido pelo presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Pinto.

Na ação, os sindicatos cobram uma indenização por danos morais contra o presidente da Eletrobras, Pinto Júnior, que não compareceu, demonstrando o seu total desprezo pela justiça, pois se fez representar por uma assessoria, e não por advogados da empresa. O que já levanta o primeiro questionamento: Quem está pagando os advogados do Pinto Júnior?

Sobre a audiência, os advogados

contratados pelo presidente da Eletrobras pediram prazo para periciar os áudios apresentados pelos sindicatos no processo, assim como as entidades sindicais peticionaram para acrescentar alguns outros sindicatos que não estavam fazendo parte do processo, o juiz prontamente deferiu e já marcou a próxima audiência para o dia 23 de abril de 2018, 09h30.

Caso haja a condenação do Pinto Junior, ele ou Eletrobras, poderão arcar com os custos de uma condenação superior a 1(um) bilhão de reais, ou seja, será mais uma dívida para a nossa empresa. Assim, vale a pena manter a frente de nossa empresa alguém que pode lhe custar um preço tão alto?

CALENDÁRIO CNE

DATA	ATIVIDADE
28/02	Envio de documento à ELETROBRAS agendando a 1ª Rodada de Negociação para o dia 06/03 e dia 07/03 a reunião da PLR;
12 a 16/03	Assembleias Deliberativas.